



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA CAROLINA FERREIRA SIMÕES

**A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS MALVINAS/PB: O OLHAR DAS IDOSAS**

CAMPINA GRANDE
2014

ANA CAROLINA FERREIRA SIMÕES

**A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS MALVINAS/PB: O OLHAR DAS IDOSAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba como requisito para obtenção
do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Profa. Ma. Patrícia Crispim Moreira

CAMPINA GRANDE
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa quanto a forma eletrônica. Sua produção total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S593i Simões, Ana Carolina Ferreira.

A importância do assistente social no Centro de Referência da Assistência Social das Malvinas/PB: o olhar das idosas [manuscrito] / Ana Carolina Ferreira Simões. – 2014.

53 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

“Orientação: Profa. Ma. Patrícia Crispim Moreira, Departamento de Serviço Social”.

1. Assistência Social. 2. Assistência ao Idoso. 3. Políticas Públicas. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

ANA CAROLINA FERREIRA SIMÕES

**A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS MALVINAS/PB: O OLHAR DAS IDOSAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito para obtenção do grau de Bacharel
em Serviço Social.

Aprovada em 19 de setembro de 2014

Nota: 9,0 (nove)

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Crispim Moreira

Prof.^a Ma. Patrícia Crispim Moreira - DSS/CCSA/UEPB
(Orientadora)

Maria do Socorro Pontes de Souza

Prof.^a Ma. Maria do Socorro Pontes de Souza - DSS/CCSA/UEPB
(Examinadora)

Magna Adriana Carvalho

Esp. Magna Adriana Carvalho – Assistente Social do CRAS MALVINAS/PB
(Examinadora)

Este trabalho dedico ao Pai Celestial, que me concedeu a graça de chegar até aqui. E a minha mãe, meu pai, meus sobrinhos, meus irmãos, e meu noivo, que são exemplos de sabedoria e paciência. A vocês eu dedico uma parte de mim: a minha profissão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que sempre foi e sempre será o “arquiteto” da minha vida, Ele que deu a vida por mim, e que até nos dias de hoje me renova diariamente com saúde, força, esperança, e amor. Enfim tudo que eu preciso para vencer os obstáculos que se fizeram presentes na minha caminhada rumo à concretização do sonho da conclusão do curso de Serviço Social.

Aos meus queridos e amados pais, Alba Lúcia Ferreira Torres e Vicente Simões que são à base da minha vida, eles que embora não estivessem juntos fisicamente sempre me deram muito amor e acreditaram em mim. Assim os agradeço, pois sempre que precisei de alguém que me desse à mão para poder prosseguir eles estavam ali presentes, me edificaram com amor e compreensão.

A minha irmã Ana Camila Ferreira Simões e meu sobrinho Cauã Gabriel Simões Santos, que sempre estiveram presentes na minha vida, me enchendo de amor tantos nos dias difíceis como também nos mais alegres.

A meu irmão Igor Ferreira Simões, minha cunhada Veruska Alves Gomes e minha sobrinha Anna Julia Alves Simões, uma família que esteve sempre por perto, também me enchendo de alegria em diversos momentos.

Ao meu noivo Alex Anésio da Silva que esteve comigo desde o início da minha graduação, em tudo que precisei me ajudou com suas palavras, me aconselhando como tornar-me uma profissional de respeito. A você Alex, agradeço pelo amor que me transmitia, pelos momentos de alegria, que acreditou em mim em todos os momentos, até mesmo estando longe fisicamente, colocou à frente esse meu sonho, aos meus desejos e aspirações.

A Família Anésio, que participou da minha progressão acadêmica, em especial a minha sogra Maria do Socorro que me acolhia de braços abertos em sua casa me enchendo de amor e alegria.

A toda Família e aos meus amigos, pela paciência que tiveram comigo durante a etapa acadêmica.

A meus colegas de trabalho, muitos que não estão ainda presentes no ambiente de trabalho, mas que arrancaram de mim sorrisos largos onde em dias difíceis o mais certo era sorrir. Aos presentes colegas agradeço pela paciência que tiveram comigo nas minhas idas e vindas à universidade, nas minhas possíveis e não possíveis folgas para assistir aula ou ida ao estágio. Representaram para mim que não se vive só um ser humano, e sim que sempre precisamos de alguém.

Aos professores do Curso de Serviço Social que estiveram comigo na graduação, tanto no período noturno quanto ao diurno, estiveram sempre disponíveis para ajudar no que fosse necessário, sabemos que além das dificuldades vocês também fazem parte dessa conquista.

Às minhas colegas de sala, as que iniciaram comigo no período noturno e fizeram uma total participação na minha aceitação e na escolha na profissão que almejei seguir, vocês foram exemplos no que se refere à perseverança, ainda cansados da vida diurna de trabalho chegavam e se esforçavam tanto, me encheram de orgulho.

Às minhas colegas de sala da manhã que me aceitaram na turma, me mostraram que temos que dar o melhor de si nas atividades, provas, etc. Vocês são pessoas esforçadas que colocaram em primeiro lugar o curso que escolheram, agradeço a cada uma de vocês, vocês foram especiais na minha vida acadêmica.

À minha orientadora Ms. Patrícia Crispim Moreira que antes mesmo de me orientar no estágio e no trabalho de conclusão de curso, foi de grande participação onde até eu pensei em desistir tendo que pagar cadeiras à noite e pela manhã, mas você com seu jeito especial sempre me ajudou. Agradeço pela sua competência, orientação e sua dedicação que sempre teve comigo no decorrer dessa etapa final.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Por fim a todos que contribuíram diretamente e indiretamente, para meu desempenho e realização de mais uma etapa da vida acadêmica. Os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo do cenário da atuação do Assistente Social no Centro de Referência da Assistência Social das Malvinas- PB, tomando como referência o trabalho com os idosos que participam do *grupo de idosos* na instituição. A opção pela temática se deu a partir da experiência do Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social na referida instituição. Para alcançar o objetivo foi necessário traçar o perfil e o olhar dos usuários do Grupo de Idosos. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, e a abordagem se deu através da pesquisa de campo. Para a coleta de dados utilizamos a entrevista semi-estruturada aplicadas à 9 (nove) idosos participantes do referido grupo. Contudo buscou-se o trabalho fazer uma aproximação sobre o pensar dos participantes do grupo de idosos, como aprimorar a participação dos mesmos. Quanto aos resultados, o estudo constatou que apesar do CRAS das Malvinas apresentar resultados satisfatórios no que se refere à importância do Assistente Social na perspectiva das participantes do grupo dos Idosos da instituição, há uma necessidade de um contínuo investimento no que diz respeito às condições objetivas e subjetivas do trabalho do profissional do Assistente Social

Palavras-chaves: CRAS. Idoso. Assistente Social.

ABSTRACT

This paper aims to present a study of the performance of the scenario of the social worker at the Center for Social Assistance Reference of Malvinas- PB, taking as reference the work with the elderly participating in the group of elderly people in the institution. The choice of subject was given from the experience of Supervised Curriculum in Social Work in that institution. To achieve the goal it was necessary to draw the profile of the users and the look of the Group for the Elderly. This is an exploratory study, and the approach was through field research. To collect data we used the semi-structured interview applied to nine (9) elderly participants of said group. However we tried to work to make an approximation of the participants think about the elderly group, how to improve participation. As for the results, the study found that despite the CRAS Falklands submit satisfactory with regard to the importance of the social worker from the perspective of participants in the group of elderly institution, results there is a need for continuous investment in relation to the objective conditions and subjective work of the professional Social Worker.

Keywords: CRAS. Elderly. Social Assistant.

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada da Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MSD	Ministério do Desenvolvimento Social
NOB	Normas Operacionais Básicas
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das entrevistadas por sexo	30
Gráfico 2 - Distribuição das entrevistadas por faixa etária	31
Gráfico 3 - Distribuição das entrevistadas por Estado Civil	31
Gráfico 4 - Distribuição das entrevistadas por grau de instrução.....	32
Gráfico 5 - Distribuição das entrevistadas sobre inserção à escola.....	33
Gráfico 6 - Distribuição das entrevistadas sobre a composição familiar.	33
Gráfico 7 - Distribuição das entrevistadas sobre sua religião.	34
Gráfico 8 - Distribuição das entrevistadas sobre aposentadoria.....	35
Gráfico 9 - Distribuição das entrevistadas sobre a ocupação remunerada	36
Gráfico 10 - Distribuição das entrevistadas sobre a renda familiar.....	37
Gráfico 11 - Distribuição das entrevistadas sobre sua moradia.....	37
Gráfico 12 - Distribuição das entrevistadas sobre auxílio financeiro da família.....	38
Gráfico 13 - Distribuição das entrevistadas sobre como se inseriu ao Grupo.....	38
Gráfico 14 - Distribuição das entrevistadas sobre atividades anteriores.	39
Gráfico 15 - Distribuição das entrevistadas sobre tempo de participação.....	40
Gráfico 16 - Distribuição das entrevistadas sobre beneficiamento de ações.....	40
Gráfico 17 - Distribuição das entrevistadas sobre o atendimento do CRAS.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O CENÁRIO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS	14
2.1	Breve histórico do Serviço Social	14
2.2	Refletindo sobre a Assistência Social	17
2.3	Rede de Proteção Social Básica	20
3	A LEGISLAÇÃO VOLTADA PARA O IDOSO NO CENÁRIO ATUAL	23
3.1	Políticas Públicas voltadas ao Idoso	23
3.2	A importância do Assistente Social no CRAS/ Malvinas	25
4	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM O GRUPO DOS IDOSOS NO CRAS DAS MALVINAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB	28
4.1	Metodologia de pesquisa	28
4.2	Análise dos dados: o olhar do participante do Grupo dos Idosos	29
4.2.1	Perfil dos participantes	30
4.2.2	Olhar das participantes do Grupo dos Idosos do Centro de Referência da Assistência Social do Bairro das Malvinas	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	48
	APÊNDICES	51

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno do envelhecimento no Brasil é extremamente significativo, e também uma das maiores conquistas culturais de um povo em seu processo de envelhecimento. Percebe-se que houve um aumento das condições de vida do brasileiro nos últimos dez anos segundo as estatísticas do IBGE 2010¹. De acordo com Lima-Costa de 1991 a 2000, a população brasileira com mais de 60 anos aumentou duas vezes e meio a mais (35%) do que à população mais jovem que cresceu 14% (LIMA-COSTA et al, 2002 apud MINAYO, 2005).

No Brasil ser idoso é ter 60 anos ou mais, conforme definido na Lei 10.741/2003, o Estatuto do Idoso. No país acontece um acelerado processo de envelhecimento da população, esse fenômeno coloca várias questões a serem debatidas na sociedade, como exemplo as políticas públicas voltadas ao idoso, bem como o acesso à Rede de Proteção Social Básica. Contudo faz-se necessário investigar e pesquisar a percepção das pessoas idosas sobre o seu próprio processo de envelhecimento junto à sociedade. Sabendo que o Assistente Social lida com essa população, onde a longevidade e a qualidade de vida são de caráter relevante, a pesquisa a ser apresentada teve como objetivo fazer uma análise da importância do profissional dentro do Centro de Referência da Assistência Social das Malvinas no Município de Campina Grande-PB, para com o idoso. Esse estudo tem a pretensão de contribuir para um ambiente social mais adequado no trato à discussão e processo de validação de seus direitos, como está prescrito no Estatuto do Idoso à pessoa idosa dentro da instituição, no que diz respeito à qualidade da longevidade.

O cenário de aproximação da realidade entre o Assistente Social e o Idoso vem se estreitando durante os últimos anos, por isso é importante fazer um levantamento do processo de envelhecimento da sociedade, bem como produzir um entendimento das leis que regem os direitos dos mesmos, e detalhar como o profissional do Serviço Social pode utiliza-lo como instrumento para a atuação em grupos de idosos. Nesse sentido este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo do cenário da atuação do Assistente Social no CRAS das Malvinas, tomando como referência o trabalho com os idosos que participam do grupo dos idosos na instituição.

¹ Foi observado um crescimento na participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010. (IBGE, 2010).

Também nesse trabalho faremos referência à Lei que regulamenta a profissão, da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como procuraremos discutir a rede de proteção básica que está no SUAS.

De acordo com a LOAS (Lei orgânica da Assistência Social, de 7 de dezembro de 1993) a Assistência Social é organizada por tipos de proteção, um deles é a proteção social básica, que abrange serviços ofertados pelo CRAS, entidade sem fins lucrativos, atuante em conjuntos de serviços, programas, projetos, benefícios² da assistência social para prevenir expressões da vulnerabilidade e risco social que atende as demandas comunitárias (BRASIL, 2007).

Os Assistentes Sociais atuam por meio da prestação de serviços sócio- assistenciais nas organizações públicas e/ou privadas, assim interagem nas relações sociais do cotidiano no atendimento às mais variadas expressões da Questão Social na sociedade no âmbito do trabalho, da família, na luta de moradia e de terra, na saúde, na assistência pública, etc.

Sabe-se que nem sempre as necessidades do público alvo são completamente atendidas nas instituições. Através dessa pesquisa foi possível identificar algumas atividades dos profissionais do Serviço Social relacionadas com os idosos dentro do CRAS das Malvinas, bem como as condições objetivas em que se desenvolvem.

Cabe destacar que o Assistente Social é também um trabalhador assalariado que depende de sua força de trabalho para a sua subsistência, portanto é estabelecida uma tensão entre sua autonomia profissional e sua real condição de trabalho. Vale salientar no âmbito profissional que é de extrema importância o elo com as políticas sociais para atuação de forma integrada, atendendo a necessidades sociais, práticas socioeducativas, de caráter político-ideológico, que ajudam a interferir no processo de reprodução de condições de vida de vários segmentos que se constituem público alvo das políticas sociais.

O Serviço Social é uma das profissões que mais se conecta com a realidade e o cotidiano social, já que seu objetivo profissional, o enfrentamento à “Questão Social”, está vinculado totalmente à sociedade e a reprodução de suas relações sociais.

Para alcançar os objetivos de analisar a importância do profissional do Serviço Social no CRAS, bem como traçar o perfil e o olhar dos usuários do Grupo dos Idosos na referente instituição, esse trabalho foi desenvolvido através da abordagem a priori qualitativa. A pesquisa foi do tipo exploratória, por se tratar de uma aproximação com a temática referida.

² Consta do Art.20 da LOAS o benefício de Prestação Continuada como a garantia de um salário mínimo mensal a pessoa que possui deficiência física e aos idosos que comprove não possuir meios de se manter; no Art. 22 refere-se aos Benefícios eventuais como de caráter suplementar e provisório, à famílias em efeito ao nascimento, morte, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária (LOAS, 1993).

Para a elaboração da pesquisa foram utilizados o estudo bibliográfico, que é uma pesquisa construída através de um material já existentes a exemplos de livros, artigos, e a pesquisa de campo, para a coleta de dados utilizamos a entrevista semi-estruturada e a observação do participante. O público-alvo da pesquisa constituiu-se por 09 (nove)³ participantes do Grupo de Idosos do CRAS/Malvinas no ano de 2013/2014, durante o período de estágio na instituição.

Considerando a relevância da pesquisa, este estudo traçou a concepção da realidade do idoso, bem como o embasamento teórico acerca da temática ao público referido e por fazer o elo do trabalho do Assistente Social e do idoso sendo possível elencar a perceptiva do usuário do Grupo dos Idosos.

A fundamentação teórica deste trabalho está estrutura em três capítulos: o primeiro remete ao cenário da atuação do Assistente Social no CRAS fazendo um breve contexto da parte histórica da profissão, da Política da Assistência Social e da Rede de Proteção Social Básica. O segundo destaca a legislação voltada ao idoso no CRAS, associando as políticas públicas e a importância do Assistente Social no CRAS/Malvinas. O terceiro capítulo será feita a análise dos dados obtidos nas entrevistas feitas com as participantes do grupo mencionado, assim possibilitando através do olhar das mesmas, uma reflexão no universo do trabalho junto à instituição.

Em seguida teceremos as considerações finais com a síntese e os resultados aproximados sobre o presente estudo. Cabe destacar que pesquisar é construir a realidade, e o olhar do pesquisador é fundamental, compreendendo que contribui para o processo de construção do conhecimento, que é contínuo e permanente.

³ Não há como afirmar com precisão o universo total dos sujeitos participantes, por motivo da não frequência semanalmente no Grupo.

2 O CENÁRIO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

2.1 Breve histórico do Serviço Social no Brasil

O processo de desenvolvimento do Serviço Social tem base na doutrina social da igreja católica do século XIX. Segundo Aguiar (2014) o agir do profissional estava, de forma hegemônica, direcionado para ações que visavam prioritariamente “amenizar” os efeitos das relações sociais desiguais sem, entretanto, questionar o sistema no qual se criam e reproduzem tais desigualdades (AGUIAR, 2014, p. 11).

Segundo Martinelli (1997), na metade do século XIX a burguesia queria apropriar-se das atividades sociais para submeter aos seus interesses, utilizavam das práticas sociais para reprimir as manifestações que surgiam nas fábricas, levavam os trabalhadores a alienação⁴ de sua força de trabalho. Então percebe-se que as práticas sociais aconteciam em função dos interesses da burguesia, e o trabalhador comportava-se de maneira conformista, assim ocorria uma regulação ou controle da ordem social. Unem-se a Burguesia, a Igreja e o Estado para impedir a manifestação dos trabalhadores, surge nesse cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a denominação de “Serviço Social”, acentuando seu caráter de prestação de serviços.

No início da profissão, a prática dos assistentes sociais estava voltada mais para a caridade e controle da vida das famílias dos proletariados, cujas famílias eram o alvo principal da atuação dos profissionais do Serviço Social. Afirma Iamamoto (2000, p. 62) sobre o objeto de trabalho do Assistente Social,

⁴ Marx remete a Alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho, onde mais uma vez o trabalho torna-se algo estranho ao trabalhador e por consequência, este trabalhador vê-se forçado a fazê-lo, somente com o intuito de satisfazer suas necessidades, não tendo para com esse trabalho nenhum sentimento de prazer e realização (MARX, 1978).

O objeto de trabalho [...] é a questão social⁵. É ela em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, à luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional.

O Serviço Social surge como interventor. Sua expansão começa com a criação de escolas de Serviço Social. Em 1897 em Toronto, Mary Richmond com o sentido de qualificar os agentes sociais para o exercício social profissional, propôs que criassem uma escola de Filantropia Aplicada, na Conferência Nacional de Caridade e Correção. Em 1899 foi criada a 1ª escola de Filantropia nos Estados Unidos da América, logo após cursos de agente sociais, escola médica, expandindo-se pela Europa. No mesmo ano foi criada a primeira escola europeia, em Amsterdã, na Holanda. No ano de 1908 foi fundada a 1ª Escola de Serviço Social da Inglaterra, logo após em Paris nos anos de 1911 e 1913 surgiram mais duas escolas, esta com orientação protestante (MARTINELLI, 1997).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), a “questão social” surge por meio da inserção do movimento operário organizado, sob o sindicalismo autônomo, no contexto político brasileiro, o que denunciava as condições sub-humanas de vida e de trabalho, que resultava na exigência por melhores condições de sobrevivência ao empresariado industrial.

Já no Brasil a primeira escola de Serviço Social foi em 1936, no governo de Getúlio Vargas em São Paulo pelo o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009), a partir daí deu início às escolas de formação de Serviço Social no Brasil. (AGUIAR, 1985 apud AGUIAR, 2014).

De acordo com Martinelle (1997), a partir de meados da década de 1940, o Serviço Social no Brasil sofre a influência do pensamento norte-americano, que até então estava atrelado ao pensamento europeu. Este caracterizou-se pelo conservadorismo da teoria social positivista, o que desencadeou uma tecnificação do conservadorismo católico empreendido no período anterior (YAZBEK, 2000 apud AGUIAR 2014).

⁵ A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho –, a “questão social” atinge visceralmente a vida (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

Segundo Konno (2005), a partir de 1960, acontece então um processo de revisão do exercício profissional e do Serviço Social. Que foram primeiramente constituídas condições para a redefinição dos procedimentos profissionais, que ocorreram no governo de Juscelino Kubitschek, e depois sob a sua concepção humanista do Governo de Jânio Quadros, que dizia valorizar o profissional Assistente Social. Sendo necessária a necessidade de qualificação na dinâmica profissional, diante das demandas ligadas à profissão, atrelado ao mercado de trabalho.

Dá-se início na década de 1970 ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Segundo Castro (2010) significou reelaborações por um grande número de profissionais em busca de novos fundamentos, conhecimentos e teoria em uma concepção de homem e de mundo, bem como nas formulações de novas metodologias que trouxe instrumentos na ação a novo posicionamento. Este movimento apresentou-se com intenção de ruptura de caráter conservador, no que diz respeito a essa ruptura com a herança conservadora, afirma Iamamoto (2000, p. 37):

a ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, Isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 37).

Em 30 de janeiro de 1975, surge mais um Código de Ética vem a reger o exercício profissional do assistente social, substituindo o anterior. (AGUIAR, 2014). Nos anos de 1980, o Serviço Social sofre a influência da teoria social crítica marxiana, a alcança a maturidade da Perspectiva de Intenção de Ruptura (NETTO, 2009 apud AGUIAR, 2014), através dessa perspectiva, houve o alcance de uma ação profissional atrelada ao viés crítico a realidade social, esse período foi marcado por grandes lutas democráticas, na busca da garantia dos direitos e liberdade, tendo estes sido reprimidos durante a ditadura militar (AGUIAR, 2014).

A partir dos anos 90 vem inaugurar uma nova fase do Capitalismo brasileiro, a implantação do projeto neoliberal, gestado nos últimos anos da fase da ditadura militar, mais que foram formulados nos governos de Collor e Itamar (1990-1995), observando uma nova conformação política e a desresponsabilização do Estado no trato à questão social (ALMEIDA, 2005).

Na raiz da questão social na atualidade encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo. O capitalismo financeiro ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica de incessante crescimento de mercantilização universal, aprofunda desigualdades de toda natureza e torna paradoxalmente invisível o trabalho vivo⁶ que cria a riqueza e os sujeitos vivos que o realizam.

É claro que esse sistema vigente fragiliza e fragmenta toda a sociedade, mas existem políticas públicas, na qual a assistência social faz parte, atuando na intervenção juntamente com as leis que regem tal política. Contudo faz-se necessário uma aproximação com a temática, diante disto no próximo item teceremos algumas reflexões sobre a Assistência Social em seu contexto histórico.

2.2 Refletindo sobre a Assistência Social

A Assistência Social é um fenômeno muito antigo, sabendo que sua origem foi pautada em princípios e motivações atrelados ao “sentimento de caridade” motivada pelos ideários das instituições filantrópicas ou religiosas. De maneira assistencialista como características de caridade. Para Potyara Amazoneida (2002) a assistência social as vezes não é vista como ela é, um fenômeno que foi instituído de propriedades históricos-estruturais:

[...] a assistência social tem sido sistematicamente negligenciada, não só como objeto de interesse científico, mas como componente integral dos esquemas de proteção social pública que, desde os fins do século e, mais especificamente, a partir dos anos 40 do século XX, expressam institucionalmente a articulação (nem sempre pacífica) entre Estado e sociedade, com vista à definição de direitos e políticas de conteúdo social (BRAVO; PEREIRA, 2002, p. 1).

Segundo Behring e Boschetti (2008), as iniciativas com características assistenciais foram as Leis inglesas como o Estatuto dos trabalhadores (1349), Estatuto dos artesões (1563), Leis dos Pobres (1601), etc. Essas leis possuíam um caráter repressor e não protetor, estabelecendo a ideia de que todo o trabalhador dependia de seu trabalho para sobreviver,

⁶ O trabalho vivo diz respeito ao trabalho do operário que substitui o valor de sua força de trabalho e ao mesmo tempo cria a mais-valia.

assim o faziam aceitar o trabalho de qualquer forma, de maneira que as leis que eles tinham direito eram de caráter seletivo e poucos conseguiam ter acesso às leis.

Behring e Boschetti (2008) revelam ainda que, as políticas sociais se desenvolveram no decorrer dos movimentos de ascensão do sistema capitalista com a revolução industrial no século XIX, às lutas de classes e o desenvolvimento do estado interventor.

No dia 7 de dezembro de 1933 houve a promulgação da lei de numero 8.742, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pelo presidente Itamar Franco, após a sua aprovação a assistência social ganhou um conjunto de medidas que tornariam possível a universalização desse atendimento, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implementa os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, assim colocando que a assistência social será prestada a quem precisar, sendo independente de sua contribuição à seguridade social⁷. Passou a executar sob a estrutura da política pública do Estado, um grande avanço no processo de construção da gestão pública e participativa da assistência social.

Consta no Art.1 da LOAS (BRASIL, 2007) que a Assistência Social é um direito do cidadão e dever do estado, é uma política de seguridade social e de caráter não contributivo, atua na promoção aos mínimos sociais, através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que vem a garantir o atendimento às necessidades básicas. Tem como objetivos a proteção social, que visa garantir a vida e uma redução de danos, prevenindo a incidência de riscos; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; promoção da integração no mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária; bem como a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência, e ao idoso que não comprovem meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família (BRASIL, 2011). Dessa forma,

A proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2005, p. 19).

⁷ A Lei Orgânica da Seguridade Social (1991) a define a seguridade social em seu Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei número 8.742/93, regulamenta a prática da Assistência Social como profissão, desvinculando assim de uma habilidade “assistencialista”, que segundo Potyara (2007) seria uma habilidade desprezível, aplicado indiscriminadamente como extravio ou patologia da assistência social, já que para ela o que deve ser efetivado são políticas que de fato possam solidificar os direitos regidos pela Lei para a execução do amparo social.

Como dito anteriormente, a LOAS que foi aprovada em 1993, veio para regulamentar os deveres constitucionais e dispõe a respeito da organização da Assistência Social. Segundo Pereira (2006) houve um avanço no que diz respeito à Política da Assistência Social com a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 1995, e, em seguida as Normas Operacionais Básicas (NOB) em 1997 e 1998.

Foram instituídas a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (1995) e as Normas Operacionais Básicas – NOB (1997 e 1998) com o intuito de organizar o sistema descentralizado e participativo. No entanto, pode-se observar que, ainda assim, o perfil da Assistência Social apresentava aspectos de desarticulação, fragmentação, seletividade e focalização nas suas ações sócio-assistenciais (PEREIRA, 2006, p. 65).

De acordo com Garcia (2009) o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não nasceu de uma hora para a outra. Houve um processo de desenvolvimento da Política de Assistência Social no campo estatal entre 1993 e 2003, desde a sua aprovação na Conferência Nacional de Assistência Social. Em 2005, no início do processo de Habilitação em Gestão no SUAS em Inicial, Básico ou Pleno, a Política Pública de Assistência Social já tinha um histórico de habilitação desde 1997. “É claro que o SUAS consolida toda uma luta de gestão no campo da Assistência Social, mas ele não é resultado de si próprio e sim de uma história partilhada por muitos atores sociais” (GARCIA, 2009).

Ressaltamos que para o enfrentamento da pobreza a assistência social deve atuar de forma integrada às políticas setoriais. Suas diretrizes estão enraizadas na supremacia do atendimento às necessidades econômicas sociais, na universalização dos direitos sociais, como objetivo de alcançar as demais políticas que a interligam. Também deve atuar na promoção do respeito à dignidade do cidadão, fazendo de maneira igualitária o acesso no atendimento, não havendo discriminação de qualquer natureza, e uma equivalência às populações urbanas e rurais.

Nesse sentido, no próximo item refletiremos sobre a Rede de Proteção Social Básica e suas repercussões na vida dos usuários.

2.3 Rede de Proteção Social Básica⁸

Nos últimos 20 anos, o Brasil tem experimentado mudanças de paradigmas na assistência social, a própria Constituição Federal de 1988 enfatiza a prestação dos direitos assistenciais em seu artigo 203, fazendo menção que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 1998).

Os serviços de proteção social básica são executados prioritariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que oferece o serviço público e gratuito de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Esses centros são estabelecidos em localidades estrategicamente onde há vulnerabilidade e risco social, eles têm como objetivos a fortificação dos vínculos familiares e na comunidade. O CRAS atende as famílias que estão em condições de extrema pobreza, sem renda, e que não tem acesso aos devidos direitos que regem os serviços públicos, como também aquelas famílias que estão fragilizadas com a exposição de discriminação etárias, étnicas, de gênero ou deficiências, entre outras. Presta atendimento sócio assistencial, de maneira que articula os serviços disponíveis na comunidade, fazendo uma potencialização da rede de proteção social básica, que está previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o CRAS tem como atribuições: o fornecimento de informações e dados para o Órgão Gestor Municipal ou do Distrito Federal sobre o território para subsidiar a elaboração do plano Municipal de Assistência Social; o planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços ofertados no CRAS; a alimentação dos Sistemas de Informação do SUAS; os processos de formação e

⁸ A Proteção Social Básica tem como objetivo segundo o documento das Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social (BRASIL, 2009), promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços próximo do local de moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento do serviço do CRAS em ação concreta, tomando a principal unidade pública de proteção social básica uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Destacam-se as ações: 1) articulação da rede socioassistencial de proteção social referenciada ao CRAS; 2) promoção da articulação setorial, e 3) busca ativa. (MENDES, 2013, p. 29).

qualificação da equipe de referência; oferta do PAIF e outros serviços sócio-assistenciais da Proteção Social Básica (BRASIL, 2009).

Vale frisar que os serviços ofertados pelo CRAS são de caráter preventivo, protetivo e proativo⁹, não podendo ser confundido com o serviço prestado na atenção especializada no Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) essa demanda tem função de prestar serviço para o direito já violado do usuário o que difere no CRAS, tendo que ser utilizado a referência e contrarreferência¹⁰ do usuário da rede sócio-assistencial do SUAS que veio com a intenção de ampliar a garantia de direitos por meio de políticas públicas descentralizadas e articuladas, apoiando os municípios e o Distrito Federal no planejamento, implantação e funcionamento do mesmo, assim contribuindo na consolidação do SUAS.

Os CRAS são implantados de acordo com o porte do município, que vai determinar quantos serão implantados para cada território (município), que são definidos por um número de famílias nele referenciadas. O mínimo de CRAS por porte de município estabelecido pela NOB/SUAS (BRASIL, 2005): Podendo ser: Pequeno Porte I - município de até 20.000 habitantes, mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II - município de 20.001 a 50.000 habitantes, mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Médio Porte - município de 50.001 a 100.000 habitantes, mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Grande Porte - município de 100.001 a 900.000 habitantes, mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Metrópole - município de mais de 900.000 habitantes, mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

Os recursos para implantação e manutenção dos CRAS são provenientes do Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dos Municípios e do Governo do Estado.

⁹ Atua de forma protetiva às famílias, prevenindo a ruptura de seus vínculos, promovendo seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

¹⁰ A referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações da vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir o usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica (SOUSA, 2013, p. 32).

Outros Centros fazem parte da Rede de Proteção Social Básica como exemplo a rede de serviços socioeducativos para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivências para crianças, jovens, e idosos.

No próximo capítulo abordaremos a legislação voltada para o idoso no cenário atual, fazendo menção às políticas públicas e a importância do assistente social junto ao referido público.

3 A LEGISLAÇÃO VOLTADA PARA O IDOSO NO CENÁRIO ATUAL

3.1 Políticas Públicas voltadas ao Idoso

A implantação da política nacional direcionada à pessoas idosas é bastante recente. Segundo Rodrigues (2001) um dos progressos foi a Lei nº 6179 de 1974, que cria a Renda Mensal Vitalícia¹¹, através do então Instituto Nacional de Previdência Social - INPS e outro documento de extrema importância é a Constituição Federal de 1998, contemplando as pessoas idosas nos artigos 14, 40, 201, 203, 229 e 230. Esse processo deu início ao desenvolvimento das Leis voltadas ao público idoso, a Política Nacional do Idoso, traçou parte dessa história, a Lei 8.842 de 1994 teve como objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL, 1994).

É importante ressaltar que essa Lei foi fruto de reivindicações da sociedade, sendo resultado de inúmeras discussões e debates nos Estados, nos quais eram participantes idosos ativos, aposentados, professores universitários, profissionais da área de gerontologia e geriatria e várias entidades que representavam esse segmento, assim elaborando um documento que se tornou a base do texto da Lei.

Outro avanço referente a tal segmento foi a criação do Estatuto do Idoso Lei nº 10.741/2003 que foi aprovado em setembro de 2003 e sancionado pelo presidente da República no mês seguinte, a mesma reforça e assegura as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que são portadores dos direitos fundamentais à pessoa humana, sendo imposta a garantia integral, bem como merecedor por lei e por outros meios de todas as condições para que tenham uma vida saudável, tanto fisicamente como mentalmente, como também tem direito a condições de liberdade e dignidade.

¹¹ A Renda Mensal Vitalícia é um benefício previdenciário destinado às pessoas maiores de 70 anos ou inválidos, que comprovem serem incapacitados para o trabalho, ou no caso de não exercerem atividades remuneradas e não atingirem o rendimento superior a 60% do valor do salário mínimo. Também que não poderiam ser mantidos por pessoas de quem dependiam, assim como não ser capaz de prover o seu próprio sustento (BRASIL, 1974).

É possível constatar que a família tem uma grande parcela de responsabilidade na efetivação de uma vida sem direitos violados¹², pois no Art.3 do Estatuto do Idoso diz que é obrigação da família e do Poder Público assegurar o idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência família e comunitária.

Cabe destacar no que se refere a tal segmento que dentro do estudo da violência, os maus-tratos contra os idosos foram os últimos a serem contemplados como fenômeno político e como questão de saúde pública, após os estudos sobre a violência contra a mulher e a violência infantil (MACHADO; QUEIROZ, 2006). No Brasil, a partir da década de 1980, as mortes por acidentes e por violência de qualquer tipo e em todas as faixas etárias passaram a responder pela segunda causa de óbitos no quadro de mortalidade em geral, merecendo, portanto a atenção de órgãos governamentais e não governamentais para o seu estudo, prevenção e estratégias de intervenção para combatê-las.

A luta contra a violação das leis que regem os idosos não é só deles, e sim de toda a sociedade, pois os cidadãos tem a possibilidade de contribuir na validação da não violação dos direitos através das Leis. De acordo com o Estatuto, nenhum idoso pode servir de objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, crueldade, ou opressão, bem como atentado aos seus direitos, este cidadão que executar a ação ou omissão desses atos será punido. Segue alguns artigos e suas penalidades:

Art. 96. Discriminar pessoa idosa impedindo ou dificultando o acesso à operações bancárias, aos meios de transportes, ao direito de contratar qualquer outro meio de instrumento necessário ao exercício da cidadania por motivo de idade. Pena: Reclusão de 6 (seis) meses à 1 (um) ano e multa¹³.
Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, sem situação de eminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar a assistência à saúde sem justa causa, ou não pedir nesses casos o socorro de autoridade pública. Pena: Detenção de 6 (seis) meses à 1 (um) ano e multa. Art. 99. Expor ao perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica do idoso submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o o trabalho excessivo ou inadequado. Pena: Detenção de 2

¹² No entanto compreendemos que é dever do Estado possibilitar, através das Políticas Públicas, as condições necessárias para que a família possa cumprir com o seu papel de proteção integral a segmentos vulneráveis como o idoso, a criança e o adolescente.

¹³ Conforme o Art. 58 do Estatuto do Idoso quem deixar de cumprir as determinações da Lei sobre a prioridade no atendimento ao idoso deve pagar multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) e multa civil a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pelo idoso (BRASIL, 2003).

(dois) meses à 1 (ano) e multa. Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa de sua finalidade. Pena: Detenção de 6 (seis) meses à 1 (um) ano e multa (BRASIL, 2004).

É importante compreender que se qualquer cidadão que observar qualquer tipo de negligência para com o idoso deverá comunicar à autoridade competente, dessa forma irá zelar pela dignidade do idoso. Toda essa discussão nos faz constatar que essa temática precisa de uma atenção aprofundada, no sentido de materializar a implementação do conjunto de leis que protegem os idosos.

Para abordagem da importância do Assistente Social e do CRAS/ Malvinas, trataremos a caracterização da instituição bem como suas atividades. Assim no próximo item abordaremos a sua importância no CRAS das Malvinas.

3.2 A importância do Assistente Social no CRAS/ Malvinas

Tendo em vista que os CRAS devem instalar-se em áreas com famílias em situações de vulnerabilidade social, faz-se necessário traçar as principais características do bairro onde está instalado. O Centro de Referência da Assistência Social CRAS das Malvinas, local onde desenvolvemos o nosso estágio em Serviço Social. Tal Centro se encontra na Rua dos Marmeleiros, número 33, não possui sede própria, sendo alugado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB. Sua área de abrangência corresponde aos bairros de: Jardim Verdejante, Malvinas, Rosa Cruz, Dinamérica, Chico Mendes, Sonho Meu, Santa Cruz, Grande Campina, Cinza, Rocha Cavalcante e Zona Rural (Catolé de Boa Vista e Estreito)¹⁴.

Em relação aos grupos de atividades, atualmente estão sendo desenvolvidas com os grupos de mulheres e de idosos através de encontros semanais, realização de palestras sócio educativas e cursos profissionalizantes. São realizadas visitas domiciliares que só ocorrem quando o carro é mandando pela SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) uma vez por semana a cada 15 dias, também são feitos os encaminhamentos e uma primeira escuta no atendimento psicológico e assistencial.

¹⁴ O estudo realizado sobre a caracterização do CRAS deu-se a partir da utilização de documentos da instituição, como também a observação e questionamentos aos profissionais durante o período de estágio supervisionado e das informações que eram postas no diário de campo.

O CRAS em sua estrutura física, comporta uma sala de recepção, uma sala destinada à coordenação, uma sala para o Assistente Social e para o Psicólogo. Quando esses profissionais necessitam atender simultaneamente é ocupada à sala da coordenação. Contando ainda com uma cozinha, dois banheiros. Para reuniões é utilizado o espaço da sala da coordenação ou o ambiente do terraço da instituição.

Diante do exposto, constatamos que o Centro de Referência de Assistência Social em sua estrutura física não atende ao que está proposto no Guia de Orientações Técnicas – SUAS – nº 1 de Proteção Social Básica, tendo em vista que não há uma sala para cada profissional, o que dificulta a eficiência dos serviços.

Atualmente, a equipe técnica do CRAS conta com uma coordenadora que é assistente social, junto a mais três assistentes sociais, duas psicólogas, nove estagiários de Serviço Social, duas recepcionistas, 4 vigilantes, e uma prestadora de serviços gerais.

É importante fazer referência ao procedimento de trabalho no CRAS, que realiza acolhimento e escuta; recepção de novos usuários em situação de vulnerabilidade; estudo social; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; cadastramento da família; oferta cursos profissionalizantes; atende às demandas da sua área de abrangência; realiza diversas orientações e encaminhamentos para os demais serviços oferecidos pela rede de serviços sócio-assistenciais; realiza atendimento psicossocial; faz atendimento individual por meio de entrevistas e visitas domiciliares; faz visitas institucionais; palestras e oficinas sócio-educativas com crianças, mulheres, idosos e adolescentes de acordo com a demanda local; e finalmente, realiza um trabalho de acompanhamento das famílias, as quais têm acesso a diferentes benefícios disponibilizados pela Política de Assistência Social como Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família fazendo o acompanhamento, atendimento e visitas domiciliares.

No que se refere à política de assistência social, no Art. 33 do Estatuto do Idoso, diz que a assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistencial Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

Cabe lembrar que caso o idoso ou seus familiares não possuam meios de condições econômicas de subsistência, é imposto que ao Poder Público faça valer esse provimento. De acordo com a LOAS (BRASIL, 2007) será assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, fazendo observação de que esse benefício já concedido a qualquer membro da

família não será computado para os fins do cálculo da renda per capita, que conta na mesma Lei.

O Assistente Social possui um caráter importantíssimo na rede de proteção social básica, na medida em que trabalhando de maneira multiprofissional e interdisciplinar trata do resgate da vida social¹⁵, de maneira que seu trabalho pode acompanhar o processo da questão social, atuando na luta contra suas expressões refletidas no convívio social.

O próprio Estado dificulta o trabalho do Assistente Social¹⁶, sabendo que na maioria das vezes o trabalho se torna fragilizado, por lidar com políticas que muitas vezes não atendem de fato às demandas apresentadas. Segundo Iamamoto (2007, p. 369) “na órbita do Estado, a alienação enraizada na divisão do trabalho, manifesta-se sob formas particulares, como já indicado, impregnando as atividades dos serviços públicos”, fica claro que muitas vezes perde-se sua dimensão, e muitas das vezes o que é imposto no processo de formação do profissional fica em segundo plano, tornando o primeiro o que está escrito nas políticas.

Na medida em que se acompanha a população atendida através de atividades grupais, como a do grupo dos idosos, é possível relatar que os usuários se sentem exultantes em se reunirem semanalmente. Pois ali podem relatar suas experiências de vida, suas dificuldades e até mesmo buscar a sua luta diária, onde muitas das vezes estavam obscurecidas no mundo onde nem sempre é possível ter acesso ao conhecimento de seus direitos.

O capítulo seguinte traz essa discussão a partir do trabalho realizado no grupo de idosos do CRAS/ Malvinas, e a compreensão desse trabalho pelo próprio público-alvo.

¹⁵ A partir do trabalho multiprofissional e interdisciplinar, os profissionais trazem benefícios à vida dos idosos, seja através da intermediação das políticas públicas, ou através das atividades e/ou ações realizadas no CRAS, sabendo que o indivíduo e a comunidade formam um todo, e esse todo traz um resgate da vida social daqueles que antes não tinham um contato com a instituição e que por meio dela é possível haver aspectos positivos em sua vida social.

¹⁶ Lembremos que os Assistentes Sociais intervêm no âmbito do Estado Capitalista, portanto os desafios são resultados das contradições geradas no âmbito de tais relações, das contradições geradas no âmbito de trabalho de tais relações, onde o que predomina são os interesses dominantes (Grifo nosso).

4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM O GRUPO DOS IDOSOS NO CRAS DAS MALVINAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB

4.1 Metodologia de pesquisa

Essa pesquisa foi realizada no Município de Campina Grande-PB, precisamente no Centro de Referência da Assistência Social no bairro das Malvinas, e foram utilizados os instrumentos para coleta de dados, levantamento bibliográfico, a observação in loco, e entrevista com os participantes do grupo de idosos da instituição.

Para a análise dos dados, optamos pela análise de conteúdo, no que se refere a coleta de dados realizamos entrevistas junto aos sujeitos de tal estudo, mas também fizemos um levantamento bibliográfico junto a sites, livros, leis que regem as Políticas de Assistência Social e as dos direitos do Idoso, dentro outras fontes que se referem ao tema abordado.

Trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, tendo sido realizada através da pesquisa de campo e do estudo bibliográfico, pois se trata de uma pesquisa que busca um maior aprofundamento e um embasamento teórico, e também assumem diferentes contextos no campo das ciências sociais, visando traduzir e expressar os diferentes fenômenos no que diz respeito à prática profissional do Assistente Social. Cabe destacar que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008).

Desse modo pensamos ser importante fazer uma referência ao projeto de intervenção desenvolvido em campo de estágio, que nos possibilitou a observação participante e uma compreensão mais elaborada desse segmento através da intervenção. Esse projeto se desenvolveu através das vivências realizadas dentro do CRAS/Malvinas, onde a presente instituição se caracterizou como campo de estágio para uma equipe de estagiários do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, no qual 3 (três) das estagiárias se identificaram com o público do Idoso, onde através da observação do trabalho da equipe e da realidade dos usuários, em especial dos idosos, foi visto que era necessário uma intervenção no referido grupo voltado a esse público alvo.

Tinha como objetivo intensificar o esclarecimento dos direitos do idoso, aos usuários desta faixa etária, foi constatado a necessidade de trabalhar, assim buscando numa intervenção no grupo de idosos que voltou a se reunir, após a mudança dos profissionais do CRAS, em decorrência da mudança da gestão do município, ao qual, demonstra a precarização das relações de trabalho, das condições estruturais e a falta de recursos financeiros, que impõem limites para a efetivação das atividades.

A partir do que foi vivenciado no Projeto de intervenção foi possível perceber que o público referido merecia ser escutado, assim a análise que trará nesse capítulo buscou analisar o olhar os participante perante o grupo que se reúnem semanalmente.

4.2 Análise dos dados: o olhar do participante do Grupo dos Idosos

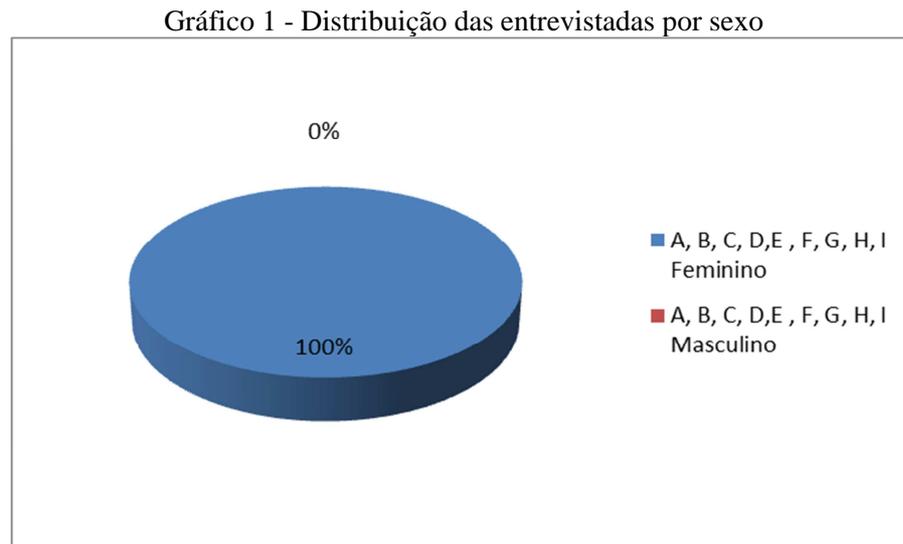
A pesquisa se propôs a analisar o olhar dos participantes do grupo dos Idosos do CRAS das Malvinas como também traçar através de um breve levantamento o perfil dos mesmos. A pesquisa buscou considerar o que foi observado através do estágio curricular, e essa análise será discutida através do que foi relatado do público alvo da pesquisa. Cabe destacar que os resultados de tal estudo, traz sua relevância na medida em que reflete o olhar dos participantes sobre a importância do trabalho do Assistente Social na instituição, como traz o perfil de tal segmento.

O público alvo dessa pesquisa foi constituído pelos participantes do Grupo dos Idosos, que se reúnem todas as quartas feiras na própria instituição, situada no Bairro das Malvinas Assim, o estudo que aqui apresentamos é resultado das leituras sobre o tema, de nossa participação em tais reuniões, e das entrevistas realizadas de forma direta e individual com os participantes.

Diante da realidade do fluxo da participação do grupo, foi possível entrevistar 09 (nove) participantes, pois através da participação com o grupo também no período do estagio supervisionado do projeto de intervenção relatado anteriormente “cidadania e direitos do idoso” foi possível perceber que o grupo instigava um estudo que registrasse dados acerca do perfil dos participantes e o seu olhar para com próprio. Diante do exposto seguiremos com a análise do público referido.

4.2.1 Perfil dos participantes

No que refere ao sexo dos participantes foi possível afirmar que, 100% do público entrevistado, ou seja, dos participantes são do sexo feminino, como demonstrado o gráfico 1.



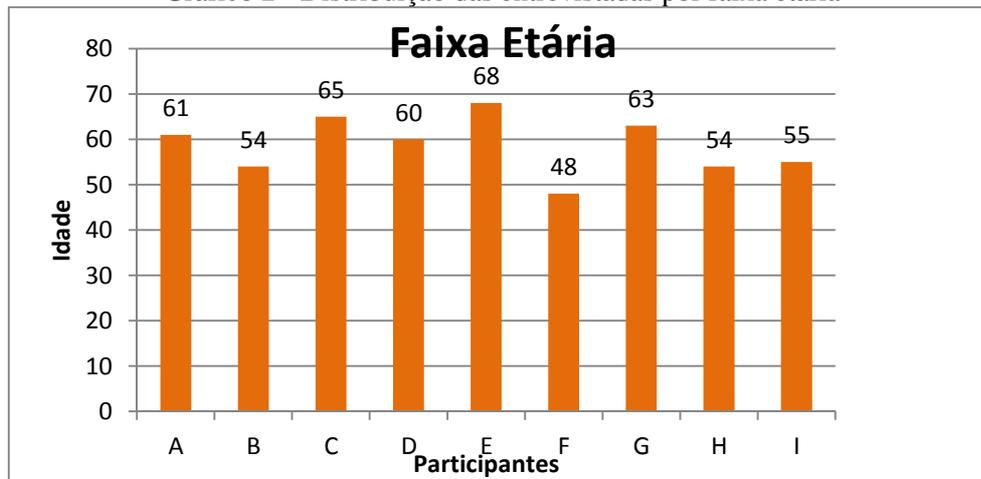
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

Percebe-se a não participação do público masculino em grupos, ou áreas que tratem de assuntos que remetem como exemplo, a família e a casa, isso é questão da perspectiva cultural. Reafirmando os frutos de uma educação diferenciada baseada na desigualdade do gênero feminino e masculino.

Atentando a faixa etária do grupo foi constatado que as participantes têm entre 48 a 68 anos, e que 44% das entrevistadas B, F, H e I¹⁷ não são consideradas idosas de acordo com o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2007) que diz que é considerado idoso aquele que possui idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. As demais com 56% se encaixam no referido como prevê o Estatuto do Idoso Lei N^o 10.741/2003 em seu Art. 1^o-da (BRASIL, 2007).

¹⁷ Foi utilizado como opção as letras como códigos para preservar a identidade dos participantes.

Gráfico 2 - Distribuição das entrevistadas por faixa etária

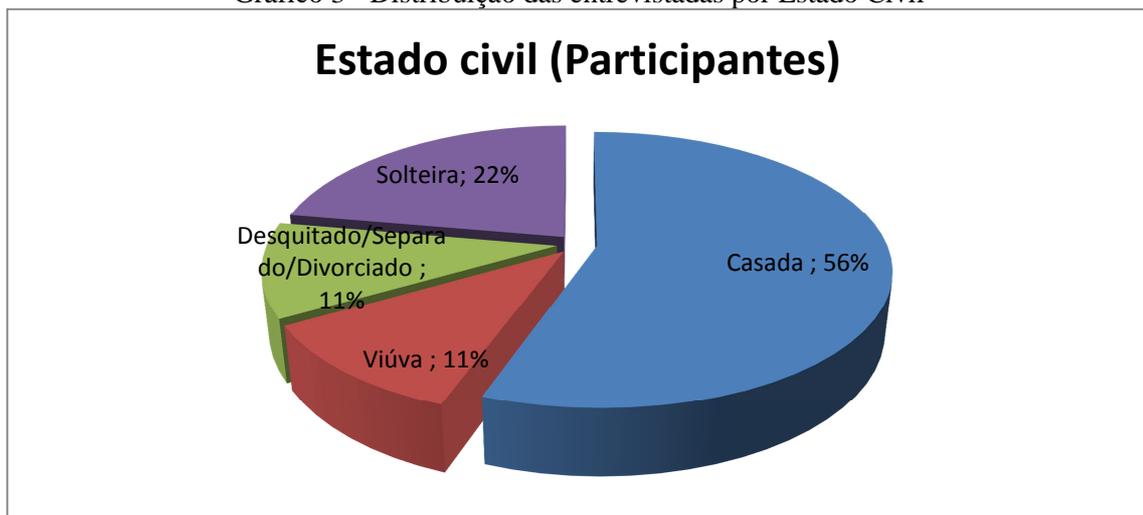


Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

Observamos que não há 100% da participação no que firma a faixa etária considerado idoso no âmbito do grupo. É importante mencionar que 44% das participantes que não se encaixam como “Idosa” pela faixa etária, mas tem em comum a vontade de participar, de poder compartilhar os momentos vivenciados em grupo.

De acordo com os dados é possível demonstrar que 56% são casadas, 22% solteiras, e são de iguais proporções percentuais a de estado civil: Viúva e Desquitado/Separado/Divorciado com 11% ambos.

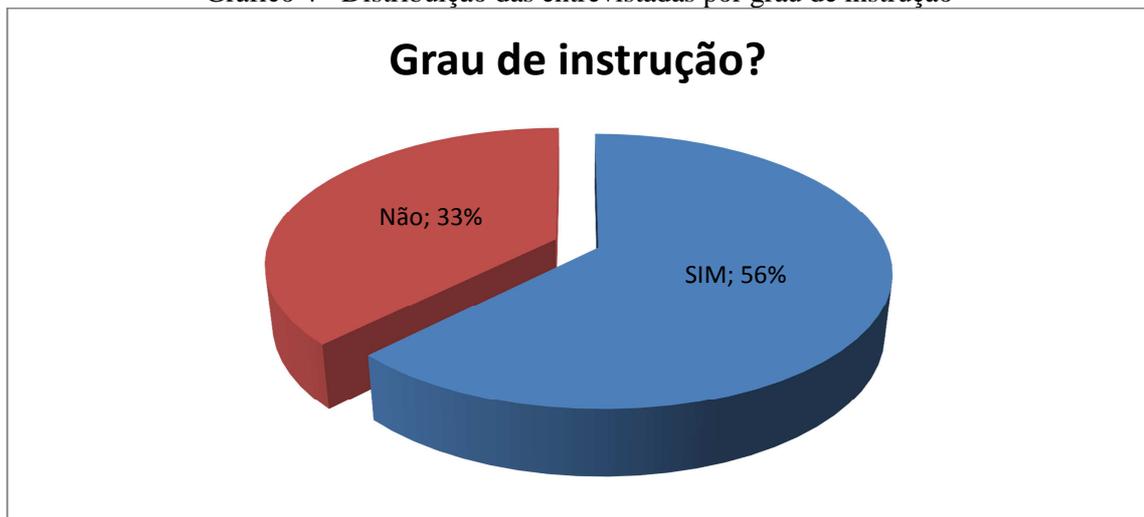
Gráfico 3 - Distribuição das entrevistadas por Estado Civil



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

Quando indagado sobre o grau de instrução foi verificado que 56% das entrevistadas afirmaram saber ler e escrever, e 33% não sabem. A participante D afirma que sabe mais pouco, e a E não sabe, mas assina seu nome, conforme evidencia-se no gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Distribuição das entrevistadas por grau de instrução



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

Quanto à inserção em escolas foi possível identificar que 78% frequentaram à escola, e 22% responderam que não frequentaram. Logo foram dadas as informações de que as participantes: A já frequentou a escola no sítio, mas diz que “nunca aprendeu”; a B cursou até a oitava série; a C até a sexta série; a D nunca frequentou, mas “aprendeu em casa”, e participou de um curso de alfabetizar na SAB do bairro; a E começou o primeiro ano do ensino médio, mas que não foi concluído; a F possui o ensino médio incompleto; a G concluiu até a quinta série do ensino fundamental; a H possui o ensino médio concluído. Foi notório que das que já frequentaram a escola somente uma possui o ensino médio completo.

Gráfico 5 - Distribuição das entrevistadas sobre inserção à escola

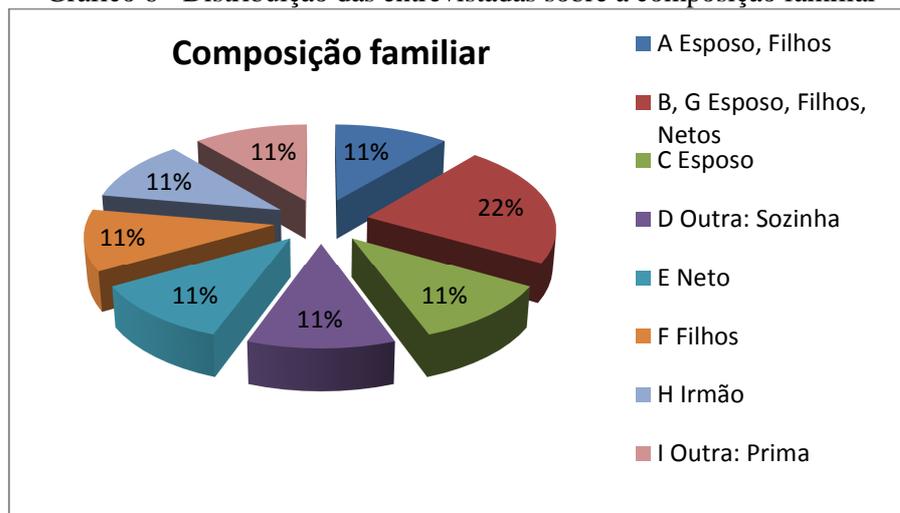


Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

A escolarização do sujeito social repercute em sua formação e conseqüentemente no acesso direto ao conhecimento que pode vir a possibilitar ou, em sua ausência, tornar-se um entrave no acesso aos seus direitos de cidadania.

Ainda sobre o perfil das participantes foi visto que 22% das entrevistadas, B e G moram com seus esposos, filhos e netos. Já nas demais famílias foi de 11% cada, e é composta: na A com esposo e filhos; na C somente com o esposo; na D mora sozinha; na E com o neto; na F com filhos; na H com irmão; e na I com sua prima.

Gráfico 6 - Distribuição das entrevistadas sobre a composição familiar



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

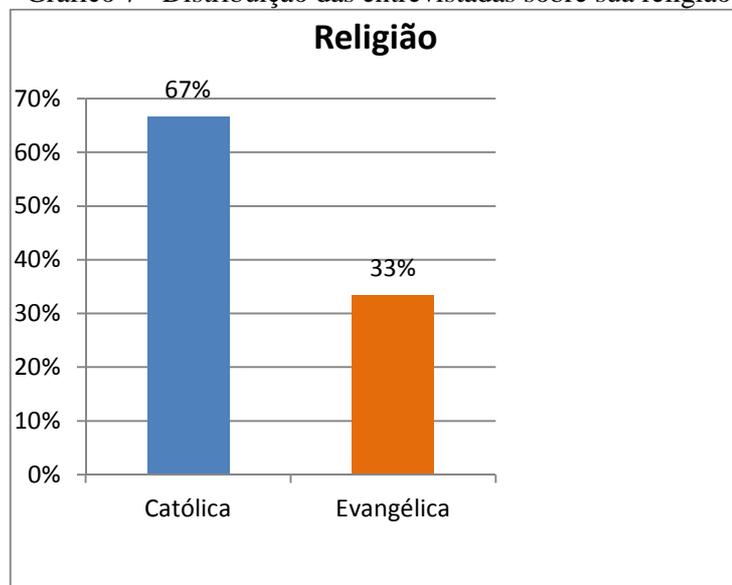
Considerando as modificações que vem ocorrendo nas últimas décadas no formato das composições familiares, é perfeitamente compreensível que haja entre as entrevistadas diversos formatos de grupo familiares. Venosa (2005, p. 16) considera a família:

[...] em um conceito amplo, como parentesco, ou seja, o conjunto de pessoas unidas por vínculo jurídico de natureza familiar. Nesse sentido, compreende os ascendentes, descendentes e colaterais de uma linhagem, incluindo-se os ascendentes, descendentes e colaterais do cônjuge, que se denominam parentes por afinidade ou afins. Nessa compreensão, inclui-se o cônjuge, que não é considerado parente. Em conceito restrito, família compreende somente o núcleo formado por pais e filhos que vivem sobre o pátrio poder.

Segundo Cesar (2011), os novos modelos de família resulta da própria conjuntura da sociedade e da economia da atualidade, fazendo com que haja uma transformação familiar, rompendo com conservadores, em concepção na formação de construir e refazer o âmbito familiar, assim cada dia se ganha novos itens estruturais com os mais variados componentes.

Considerando a questão da religião das entrevistadas, foi constatado que 67% possuem a religião Católica, e 33% são Evangélicas. O que se percebe é que nenhuma possuía outra religião, ou não tinha.

Gráfico 7 - Distribuição das entrevistadas sobre sua religião



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

Quanto à aposentadoria foi possível identificar, conforme demonstra o gráfico abaixo que 89% das entrevistadas não são aposentadas, e 11% sim, que corresponde somente à entrevistada E. No que se refere ao tempo de aposentadoria somente a participante E respondeu, visto que somente ela é aposentada, e que seu tempo de aposentadoria é de dez anos.

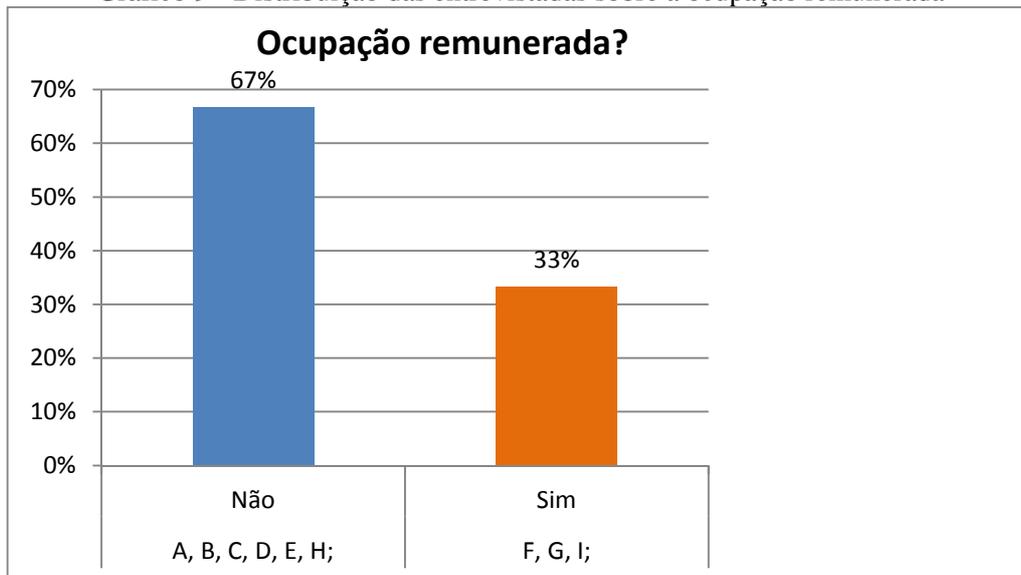
Gráfico 8 - Distribuição das entrevistadas sobre aposentadoria



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

A respeito de ocupação remunerada foi verificado que 67% das entrevistadas não possuem ocupações remuneradas, e 33% possuem. Assim relatado por elas que: a F e G são profissionais autônomas e a I trabalha como babá.

Gráfico 9 - Distribuição das entrevistadas sobre a ocupação remunerada



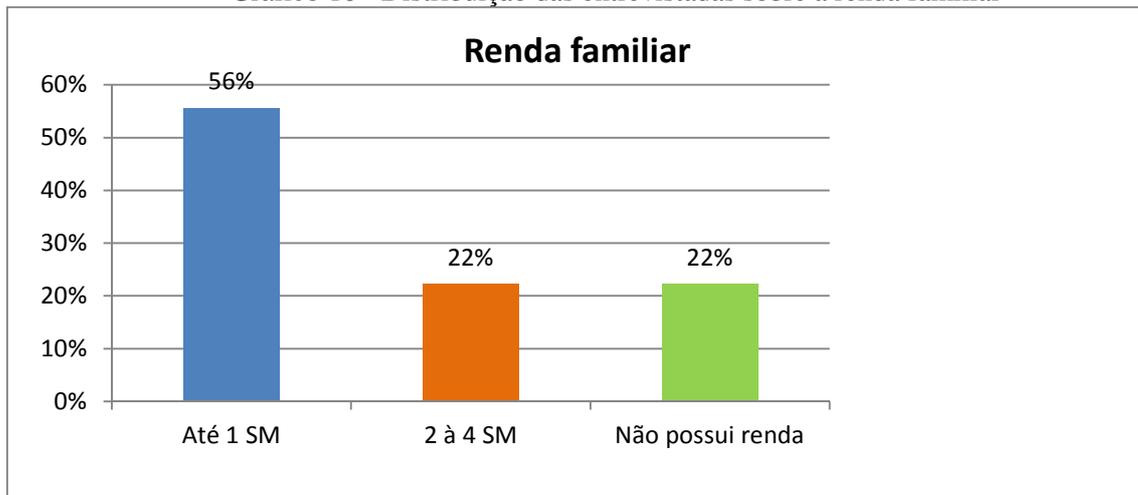
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

A ausência de vínculos empregatícios, e da baixa remuneração dos profissionais autônomos resulta da precarização nas condições de trabalho bem como a perda dos direitos está diretamente ligada as reconfigurações no mundo do trabalho.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operário industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2011, p. 47).

Indagadas sobre a renda familiar todas não souberam ao certo quanto à renda da família, mas fizeram à média e responderam. Assim foi considerado que 56% das entrevistadas possuem rendas de até 1 salário mínimo; 22% de 2 a 4 salários mínimos e 22% não possuem renda comprovada em sua família.

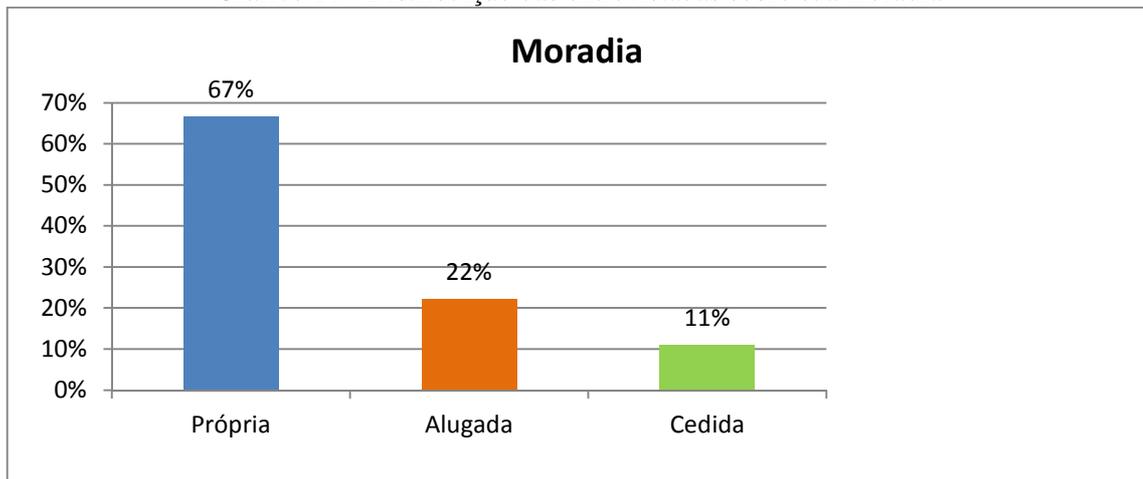
Gráfico 10 - Distribuição das entrevistadas sobre a renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

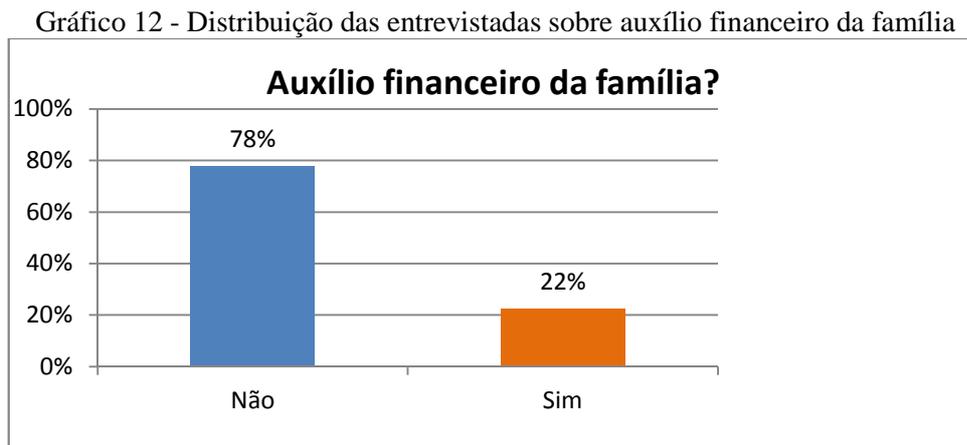
Sobre a moradia foi constatado que das entrevistadas 67% possuem moradia própria, 22% moram de aluguel e 11% em moradia cedida. Ainda sobre moradia foi visto que 100 % das entrevistadas têm como tipo de moradia: a alvenaria.

Gráfico 11 - Distribuição das entrevistadas sobre sua moradia



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

No que remete ao auxílio financeiro da família foi notório que 78% das entrevistadas não possuem auxílio da família, e 22% utilizam o auxílio da família para sobreviver. Ainda sobre auxílio familiar foi indagado sobre a questão de ajuda de medicamentos por parte da família, e 100% responderam que não recebem esse auxílio da família no que se refere a medicamentos, conforme é possível identificar no gráfico a seguir.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

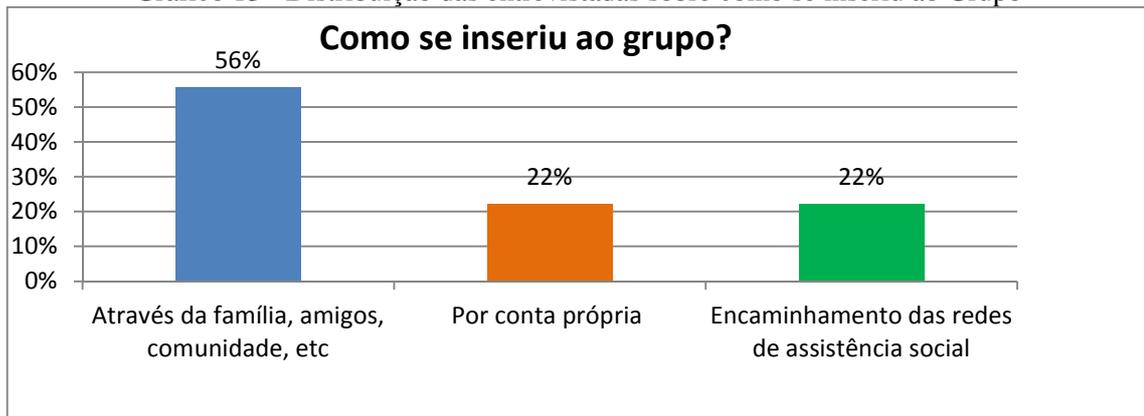
Como já nos referimos anteriormente, a família de baixa renda, por vezes não consegue prestar assistência a seus próprios membros, por sua vez, também desassistida pelo Estado, provocando assim a vulnerabilidade social em cadeia.

No próximo item trataremos a compreensão do grupo de idosas, pelo olhar de suas próprias participantes.

4.2.2 Olhar das participantes do Grupo dos Idosos do Centro de Referência da Assistência Social do Bairro das Malvinas

No que remete a como começou a participar do grupo ficou claro, a partir do gráfico seguinte que 56% responderam que chegaram através das famílias, amigos, comunidade, etc. Corresponde a 22% as que chegaram por conta própria e 22% através de encaminhamentos das redes sócio assistenciais (relatadas por elas via CRAS).

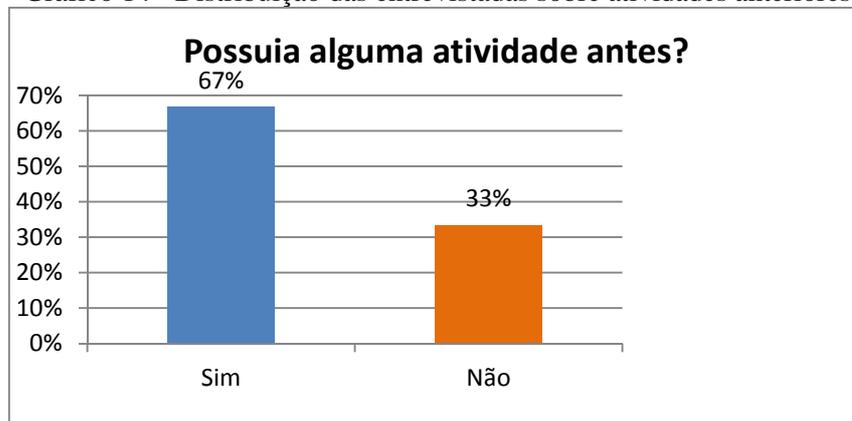
Gráfico 13 - Distribuição das entrevistadas sobre como se inseriu ao Grupo



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

Quanto à participação em alguma atividade antes de entrar no Grupo foi constatado que 67% já haviam participado de outros grupos, e 33% não participavam. Adentrando na pergunta a que grupo já tinha participado as participantes responderam: a A e F em um Grupo de Mulheres no bairro, a B e C no Grupo dos Idosos na Sab (Sociedade de Amigas do Bairro) das Malvinas, a G no Grupo da Terceira Idade do Sesc Açude Velho da cidade, a H no Grupo de Oração da Igreja. A participante D afirmou que não participava de outra atividade, mas que participa do Grupo de Mulheres do CRAS das Malvinas.

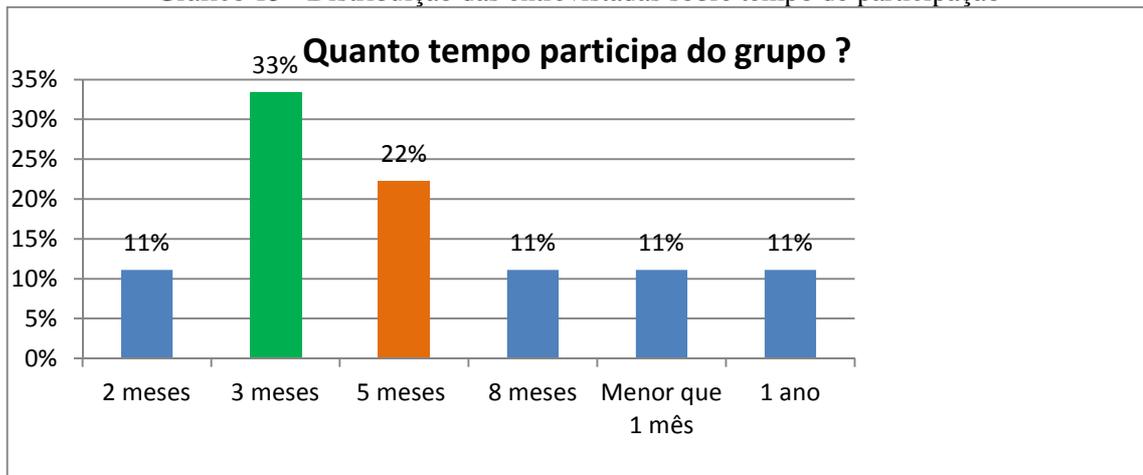
Gráfico 14 - Distribuição das entrevistadas sobre atividades anteriores



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

Ao que se referem ao tempo que participam do Grupo muitas não sabem o tempo ao certo que estão participando do grupo, suas respostas conforme evidenciado no gráfico a seguir foram as seguintes: As participantes A, D, E, F e I somam 56% com participação até 3 meses; As participantes B, C e H com 33% de com duração de 4 a 8 meses e a entrevistada G com 11% o equivalente a maior que 9 meses.

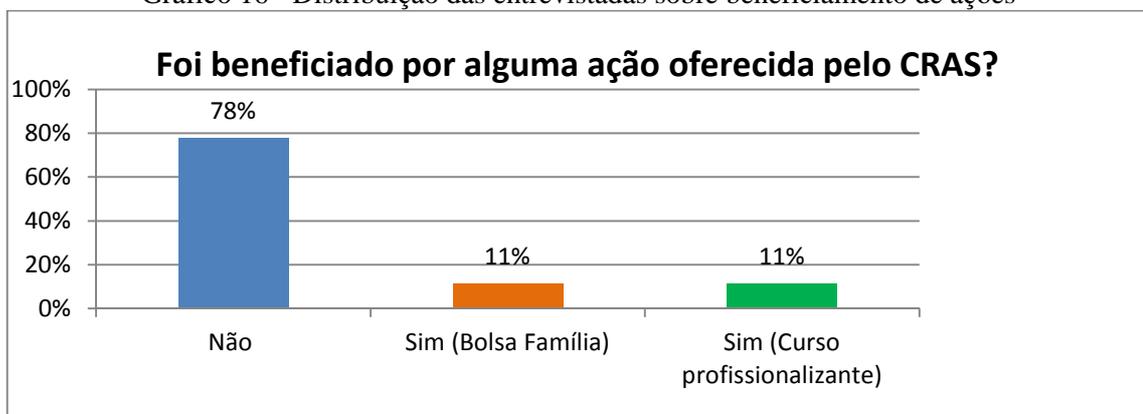
Gráfico 15 - Distribuição das entrevistadas sobre tempo de participação



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

Sobre beneficiamento em ações oferecidas pelo CRAS fica claro que 78% das entrevistadas não recebeu nenhum benefício¹⁸, 11% com o Programa Bolsa Família e 11% com curso profissionalizante. Em aprofundamento na questão a entrevistada A disse que nunca foi beneficiada pelo CRAS, mas que já participa do Programa Bolsa Família, esse ofertado pela Sab (Sociedade de amigas do bairro) do Cruzeiro. Já a D afirmou que já tentou se inscrever para participar de um curso, mas que por motivo de idade superior ou igual a 60 anos na época não obteve participação. A H participou de um curso de recepcionista no Sesc-Senat (O Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte). E por ultimo a participante I colocou que já participava do Programa Bolsa Família.

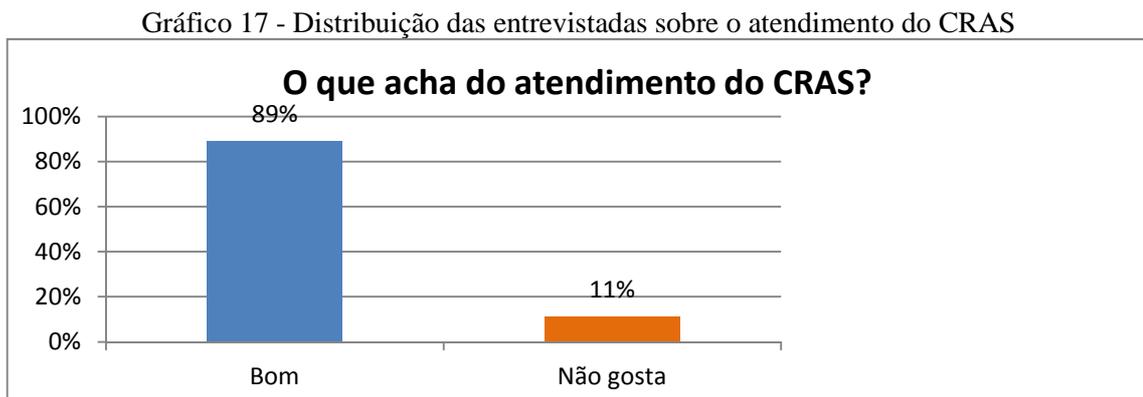
Gráfico 16 - Distribuição das entrevistadas sobre beneficiamento de ações



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

¹⁸ Apesar disso há de se considerar as ações indiretas como a própria participação no grupo de idosas e de mulheres.

Na questão sobre o atendimento do CRAS 89% das entrevistadas acha Bom e 11% não gosta. Mas sobre o que poderia melhorar foi afirmado que: a C disse que no atendimento; a D comentou que se houvessem mais cursos seria muito bom, e ainda citou exemplos como o Tricô e o Crochê; a E que afirmou não gostar do atendimento ligou ao fato que o CRAS poderia melhorar a vida das pessoas; a H colocou a questão de que muitas pessoas desconhecem o papel do CRAS, e que poderiam colocar mais informações sobre o real papel da instituição.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014)

Permitir a informação do papel do CRAS na comunidade possibilitaria um aumento da inserção do número de participantes, pois o fato de algumas entrevistadas não terem um conhecimento aprofundado acerca das atribuições do CRAS, pode levar a uma análise com mais, ou em alguns casos menos, possibilidades da prestação dos serviços que o caracterizam.

No que refere à parte específica sobre do Grupo dos Idosos quando perguntado sobre o que mudou ao começar a participar do grupo as entrevistadas responderam: a A que ao participar se sente mais disposta com a vida, que atualmente conversa mais, relatou que através do Grupo foi possível aprender diversos assuntos que antes eram desconhecidos; a B relatou que antes não era muito de se comunicar, pois “antes era muito calada”; a C disse que antes se sentia muito sozinha; a D “que mudou quase tudo”; a E que houve uma melhora na vida; a F afirma que sua vida melhorou, pois lá encontra um aconselhamento, e que o que precisa os profissionais ajudam; a G que sua vida melhorou muito; a H que “não mudou nada”; e por fim a I disse que mudou muita coisa, se sente melhor e que se comunica com as pessoas dentro do grupo.

No item sobre o que acha do trabalho do Assistente Social no CRAS foi analisado que as participantes: A, C, E, I disseram que acham bom; a B relatou que já precisou de algumas vezes e que achou o trabalho excelente; a D, F e G diz ser ótimo; e a H respondeu que gosta, e relatou que as profissionais foram fazer uma visita em sua casa para saber como ela estava. Evidencia-se em tais respostas a conformação no que se refere ao trabalho do assistente social, e a ligação de ter recebido um atendimento do profissional, julgando assim está satisfeita.

Na questão sobre sua experiência e o que acha do grupo as respostas foram as seguintes: a A colocou que acha muito bom, pois as profissionais são atenciosas e que os eventos que acontecem no grupo é muito bom; a B afirmou que acha maravilhoso está participando, pois se comunicam entre si, brincam, e passeiam; a C contou que os momentos vividos no grupo são alegres, e que tornou-se comunicativa, fazendo uma boa relação entre as demais; a D relatou que é muito gratificante, que utilizam da conversação, que é muito produtivo está ali; a E respondeu que acha bom, pois não fica em casa; a F colocou que gosta de tudo; a G sua participação no grupo é excelente, que são companheiras de comunidade; a H disse que gosta muito das confraternizações, e principalmente da que teve em comemoração ao Natal; a I não comentou nada.

É notório na fala das entrevistadas que há um “ganho social” em seu cotidiano, através da sociabilidade permitida pela consequência, com outras pessoas no grupo de idosas, fora do espaço privado/doméstico.

Nesse caso, especificamente, romper com o isolamento, com o estigma da “aposentadoria”, devolve a possibilidade do resgate da identidade de sujeito social pela inserção em espaços onde prevalecem a diversidade e o coletivo.

Quando perguntado se gostariam que algo fosse mudado no grupo responderam que: a A que não, acha tudo bom; a B que não, pois está bom desse jeito; a C que sim, precisa de mais atividade para mudar a rotina dos encontros. A D que sim, que funcionasse melhor, que os encontros tivessem cursos para incentivar na participação; a E que não, está muito bom; a F que não enfatizando que os profissionais trabalham bem; a G que não, porque gosta; a H que sim, se possível melhorar nas informações, que o número é muito reduzido, pois não é comunicado a todo bairro sobre o grupo, e que com a divulgação nas ruas poderiam melhorar as frequências da comunidade; a I respondeu que seria bom se houvesse mais participante no grupo.

E por fim na questão aberta para comentar algo que tivessem vontade de falar, algumas das ultimas colocações foram as seguintes:

“Porque é bom quem tem atenção com os idosos. Nós acumulamos experiência ao sair de casa” (participante A)

“Muito bom conhecer o grupo, é diferente da Sab, politicagem aqui não tem, aqui é por amor” (participante B)

“O que está precisando aqui é mais idoso, os profissionais se esforçam, mais o número é reduzido” (participante C)

“As estagiarias são de grande serventia” (participante F)

“Me acho acolhida, bem, fico ansiosa para vim” (participante G)

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) das Malvinas trabalha com o objetivo de assegurar os direitos dos idosos e de promover incentivos para a quebra das situações de vulnerabilidade social.

Cabe destacar a relevância sobre o olhar do idoso na instituição, esse tema que muitas vezes se encontra despercebido na sociedade, e as bases para uma efetivação na participação dos idosos nos CRAS, isso implica que a participação no grupo pode trazer momentos de alegrias, um meio social comunicativo, e abrangente de novas informações ao idoso.

O profissional do Serviço Social assume uma importância significativa dentro da instituição do CRAS, e atua como potencializador desse processo de desenvolvimento social com o tema referido¹⁹. Desse modo, compreendemos assim como Iamamoto (2000, p. 80) que,

[...] tal perspectiva reforça a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, com o respeito aos usuários, investindo na melhoria dos programas institucionais, na rede de abrangência dos serviços públicos, reagindo contra a imposição de crivos de seletividade no acesso aos atendimentos. Volta-se para a formulação de propostas (ou contra propostas) de políticas institucionais criativas e viáveis, que alarguem os horizontes indicados, zelando pela eficácia dos serviços prestados. Enfim, requer uma nova natureza do trabalho profissional, que não recusa as tarefas socialmente atribuídas a esse profissional, mas lhe atribui um tratamento teórico-metodológico e ético-político diferenciado.

¹⁹ Devendo desenvolver seu trabalho sempre à luz do projeto ético-político.

Assim entendemos que os desafios postos aos Assistentes Sociais e que conformam o terreno profissional (IAMAMOTO, 2000), expressam-se em todas as esferas de atuação, e com todos os segmentos sociais, inclusive os idosos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política da Assistência Social sofre diariamente uma larga expansão, fica claro que cada dia o trabalho do assistente social têm precisado de instrumentos que os possibilitem uma concretização na realização de algumas atividades voltadas ao público. Esses instrumentos sejam eles em instituições públicas e ou privadas, necessitam de um trabalho multiprofissional, assim fica claro que nenhum profissional trabalha de maneira eficaz sozinho, e sim quando sua atuação se dá numa perspectiva interdisciplinar.

Historicamente nem sempre o idoso, tem completamente suas necessidades atendidas, por isso as atividades de grupos no Centro da Assistência Social são de bastante relevância, sabendo que mesmo com as reais condições de trabalho é possível fazer um trabalho significativo. A Assistência Social como política de proteção social tem como campo próprio de provisão e atenção social, necessitam de uma rede que os articulem contra os risco sociais aos indivíduos, famílias, e a comunidade, através da viabilização do conjunto que serviços, programas, e benefícios. Esses devem ser monitorados, planejados e avaliados continuamente, para que haja um melhor desenvolvimento.

Através da pesquisa realizada, podemos afirmar que nas últimas décadas houve um avanço significativo no campo jurídico formal, no qual a assistência social faz parte, assim como na repaginação do profissional assistente social, cada vez mais atualizada no que manda a necessidade no âmbito social em suas várias expressões do trabalho. Ainda assim é preciso ter um olhar crítico quando se conclui cada vez se mostra não satisfatória, uma vez que o sistema vigente aponta para as políticas neoliberais.

Na referida análise dos dados foi possível concluir que a maioria dos participantes é do sexo feminino, e que o público masculino ainda não se aproxima do grupo. Também é possível afirmar que apesar do grupo ser voltado ao público Idoso, ainda possuem mulheres que não se encaixam na referida terceira idade. Ainda sobre o perfil dos entrevistados, conclui-se que em sua maioria possui o estado civil casada; sabem ler e escrever; moram com filhos, genros e netos; são da religião católica; não são aposentadas; possuem a renda familiar até um salário mínimo; não possuem ocupação remunerada; possuem casa própria; e não tem ajuda da família.

Ainda sobre análise dos dados no que se refere ao CRAS e o Grupo do Idoso é possível afirmar que a maioria chegou ao grupo através de amigos e familiares, constatado que o trabalho da instituição ainda não possui uma busca ativa, por não possuir um trabalho de rua, fazendo verdadeiros “mutirões” a fim de buscar a maior participação da comunidade que abrange as áreas de atendimento. A maioria das participantes já tinham frequentado outras atividades, e que sobre o assunto tempo de participação há um grande fluxo, através dos relatos muitos só participam quando há festividade no dia, assim foi visto que eles procuram algo que os tirem da rotina e do isolamento social.

A maioria não possuía benefícios ofertados pelo CRAS, e as que tinham não foram através de outra instituição, podemos afirmar que não há um grande fluxo no que se refere a benefícios ofertados. Ainda sobre o olhar deles com o CRAS foi possível perceber que para a maioria delas tudo está bom, e que nada é preciso melhorar, mas é preciso ter um olhar analítico quando em suas respostas foi colocado que o CRAS teria condições de melhoria para a vida delas, ligaram ao fato de que a instituição poderia mudar a vida para melhor, sabemos que não é essa realidade que rodeia as políticas com que o CRAS trabalha, a realidade é mais complexa, e que não é somente trabalho do profissional que atende as necessidades referidas, mas sim de toda política que rege a cada demanda ofertada.

Foi constatado que no que se refere à prática do assistente social, muitas vezes possuem uma percepção do assistente social, por ser boa ou ruim, não por se tratar de suas atividades dentro do grupo, ainda não foi identificado de forma fundamentada o papel do assistente social e sim o que eles representam em suas atitudes.

Sabendo que a pesquisa nos leva a um parâmetro bem mais complexo do que imaginamos, através da pesquisa foi possível perceber que o olhar exterior é tão restrito do que o olhar do pesquisador, este olhar possui características reveladoras, onde nunca imaginávamos o que poderá analisar após os dados coletados durante a pesquisa.

Diante disso constatamos que foi de grande relevância o tema escolhido, bem como a pesquisa em si, pois foi possibilitada uma maior aproximação com a temática referida, no sentido de um estudo do olhar dos participantes do Grupo dos Idosos do CRAS, e esse olhar irá contribuir numa maior participação da comunidade, como também para uma maior apreensão da efetividade do trabalho do Serviço Social em tal espaço

Nesse sentido constatamos que há necessidade de um contínuo investimento nas condições objetivas e subjetivas do trabalho desenvolvido nos grupos, a exemplo dos idosos, resultem em impactos na vida dos usuários.

É necessário ainda que haja uma socialização do conhecimento acerca do papel do CRAS e suas atribuições dentro da Assistência Social.

REFERENCIAS

AGUIAR, Juliana Maria P de. **Uma análise do exercício profissional do Assistente Social no terceiro setor**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

ALMEIDA, Bernadete de L F. **A relação entre a “Questão Social” e o Serviço Social**. (Texto didático apresentado na Palestra “A relação entre a “Questão Social” e o Serviço Social” promovido pela Empresa de Correios e Telégrafos/Paraíba) João Pessoa, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo. Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2)

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Política nacional do idoso**. Brasília: Imprensa Nacional, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social: Legislação suplementar**. 6. ed. Brasília: MDS, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS /2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2005.

BRAVO, Maria Inês; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social e democracia: sobre a Política de Assistência Social no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

CASTRO, Daniele Melo de. **Movimento de Reconceituação do Serviço Social**. Sociedade e Cultura. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/movimento-de-reconceituacao-do-servico-social/46749/>. Acessado em 22 de setembro de 2014.

CESAR, Frank Figueiredo. **O novo modelo de família moderna e seus reflexos no direito**. Disponível em: <<http://www.poisze.com.br/pagina/o-novo-modelo-de-fam%C3%ADlia-moderma-e-seus-reflexos-no-direito>>. Acesso em: 13 set. 2014.

GARCIA, Marcelo. SUAS: Sistema Único de Assistência Social. **Cadernos Travessia**, Revista IGS, ano 1, n. 2, nov. 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3ª edição; São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **Serviço Social e saúde**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil**. REVISTA Em Pauta n. 21. UFRJ. Rio de Janeiro – 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: o esboço de uma interpretação histórico metodológica. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas de referência da família, por grupos de idade**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD283>>. Acessado 11 de junho de 2014.

KONNO, Cristiane Carla. A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do serviço social. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2., 2005. **Anais...** UNIOESTE, 2005.

MACHADO, L.; QUEIRÓZ, Z.V. Negligência e maus tratos. In: FREITAS, E.V. et al. (Orgs). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1152-9.

MALTA, Abílio Oliveira. **Condições de trabalho dos Assistentes Sociais na Proteção Social Básica no CRAS/Malvinas em Campina Grande-PB**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. a marcha do proletariado e a contramarcha da burguesia: o surgimento do serviço social. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MENDES, Karina D. S. **Uma análise dos impactos da negligência familiar no cotidiano das famílias atendidas pelo CRAS localizado no Bairro da Ramadinha I, do Município de Campina Grande-PB**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

MINAYO, Maria Cecília. **Violência contra o idoso: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria.** 2ª ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

NOTARI, Maria Helena de Aguiar; FRAGOSO, Maria Helena J. M. de Macedo. A inserção do Brasil na política internacional de direitos humanos da pessoa idosa. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 7, n.1, Jan./Jun. 2011.

PEREIRA, Maria Ângela Rocha. **A Política de Assistência Social.** Belo Horizonte: NUPASS, 2006. (Cadernos de Assistência Social: trabalhador).

RODRIGUES, Nara da Costa. Política nacional do idoso: retrospectiva histórica. **Estud. interdiscip. envelhec.**, Porto Alegre, v.3, p.149-158, 2001.

SOUSA, Kamilla D de. **O trabalho profissional dos Assistentes Sociais à luz dos parâmetros de atuação da Assistência Social: uma análise do CRAS/Ramadinha- PB.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família.** 5.ed. atual. São Paulo: Atlas, 2005. (Volume 6).

APÊNDICES

APENDICE A
ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O PARTICIPANTE DO GRUPO IDOSO

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

01. Nome (Opcional): _____
02. Sexo: () Masculino () Feminino
03. Qual é a sua idade? _____
04. Qual seu estado civil?
 () Solteiro () Viúvo (a)
 () Casado(a) / companheiro (a) () Desquitado/ separado/ divorciado
05. Sabe ler e escrever?
 () Sim () Não
06. Foi à escola?
 () Sim Qual a ultima série cursada ou concluída? _____
 () Não
07. Qual a composição da sua família?
 () Esposa/ marido/ companheiro(a) () Tios (as)
 () Filhos(as)/ genros /noras () Sobrinhos(as)
 () Netos(as) () Outra (descreva) _____
 () Irmãos(ãs) / cunhados(as)
08. Qual a sua religião?
 () Católica () Evangélica () Espírita () Outra
 (descreva) _____
09. Aposentadoria
 () Sim () Não
10. Tempo de Aposentadoria
 () Até 3 anos () 4-6 anos () 7-9 anos () mais de 10 anos
11. Ocupação remunerada
 () Sim () Não
12. Renda Familiar
 () Até 1 SM
 () De 2 a 4 SM
 () De 5 a 7 SM
 () Mais de 8 SM
13. . Condições de Moradia
 () Própria () Alugada () Cedida
14. Tipo de Moradia
 () Madeira () Alvenaria () Madeira/Alvenaria
15. Auxílio financeiro da família

Sim Não

16. Auxílio familiar para medicamento

Sim Não

OLHAR DO IDOSO SOBRE O GRUPO DOS IDOSOS DO CRAS

1. Como o Sr(a). começou a participar do grupo dos idosos?
 - Encaminhamento das redes de assistência social
 - Por conta própria
 - Através da família, amigos, comunidade, etc.

2. Possuía alguma atividade antes de entrar no grupo?
 - Sim Qual? _____
 - Não

3. A quanto tempo participa do grupo?
 - meses anos
4. Você é ou já foi beneficiado por alguma ação oferecida pelo CRAS?
 - Bolsa Família
 - Cursos Profissionalizantes
 - outros serviços, Qual(s)? _____
 - Não

5. O que acha do atendimento do CRAS?
 - Bom
 - Regular
 - Não gosta
 - O que poderia melhorar em sua opinião? _____

6. O que mudou na sua vida após começar a participar do Grupo dos Idosos?

7. O que acha do trabalho do Assistente Social no CRAS ?

8. Se possível fale um pouco da sua experiência, contando o que acha do grupo dos Idosos do CRAS das Malvinas.

9. Gostaria de mudar algo no trabalho feito com o grupo? Se sim, o quê? Se não, porquê?

10. A senhora gostaria de falar mais alguma coisa? Se sim, o quê? Se não, obrigada.